

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

"Reforma não será para ajuste fiscal", diz relator 2

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Gasto com servidor volta a ganhar força 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IR alivia pressão do governo no Congresso 6

A GAZETA - MT - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e o Imposto de Renda (Artigo) 7

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regras do IBS e CBS vão obrigar empresas de serviços a refazer política de preço 8

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Split payment desafia caixa e governança das empresas na Reforma Tributária 10

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dona da Leroy Merlin distribui ações a funcionários 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Autoridades e especialistas discutem "pejotização" no STF 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pejotização gerou perda de R\$106 bi 16

PORTAL UOL - REPORTAGEM
SEGURIDADE SOCIAL

Pejotização pode tirar até 30% do PIB a longo prazo, diz estudo da Unicamp 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado reduz a projeção para inflação e dólar 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

"Ninguém pense que fará reforma contra o Poder Judiciário", diz Fachin 19

"Reforma não será para ajuste fiscal", diz relator

Lucianne Carneiro Do Rio

Relator da proposta de reforma administrativa apresentada na quinta-feira (2), o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) fez uma ampla defesa da proposta em evento no Rio na segunda-feira (6). O parlamentar disse que o projeto é "ambicioso e polêmico", "ataca o coração da produtividade do setor público", e olha para o cidadão, mas também para o funcionário público, ao tratar das desigualdades entre os servidores.

O parlamentar citou algumas premissas que basearam as discussões: não trataro servidor como vilão, não usar a reforma para fazer ajuste fiscal e garantir que as mudanças valham para os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e os três entes federativos (União, Estados e municípios).

"Não vamos tratar de tamanho do Estado, não vamos fazer ajuste fiscal com a reforma administrativa, isso tem que ser cobrado em outra linha. E a proposta tem que valer para os três Poderes e para os três entes, senão não é reforma administrativa", disse ele.

Pedro Paulo afirmou que está em "assembleia constante" com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e que vai se encontrar nesta terça-feira (7) com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin.

"É uma proposta ampla, polêmica. O trabalho agora é dialogar com a sociedade, com o governo e os parlamentares e mostrara importância da reforma, como foi na reforma tributária, na reforma trabalhista e na reforma da Previdência. É um conjunto de propostas ambiciosas", disse.

Perguntado sobre o posicionamento de Fachin, Pedro Paulo esclareceu que sua defesa foi de que a proposta não pode ferir a autonomia do judiciário: "O que o ministro falou na AMB [Associação de Magistrados Brasileiros] é que o Judiciário está atento a qualquer tentativa do Parlamento de mexer na autonomia do judiciário. [...] Essas medidas não mexem, não tiram autonomia do judiciário. Mas vamos dialogar. ver o ponto de vista do ministro Fachin."

Na avaliação do deputado, a adesão dos parlamentares à reforma tende a avançará medida que

for feito um trabalho "pedagógico" de explicações e diálogo. Para acelerar a tramitação e conseguir aprovar reforma em 2025, Pedro Paulo considera acoplar o projeto em uma proposta de emenda constitucional (PEC) que esteja em tramitação, entre as 30 relacionadas ao tema.

Tal opção, no entanto, depende do apoio político à proposta: "Vamos supor que [a reforma] tenha esse apoio político, poderia queimar essas etapas. Mas, caso precise dialogar um pouco mais, fica para 2026", afirmou. Ao ser indagado sobre as perspectivas de aprovação, o relator disse que a Câmara "está muito machucada e os deputados estão à flor da pele": "A Câmara está muito machucada, os deputados estão à flor da pele. O deputado não quer colocar a digital em (...) nenhum projeto sem percepção plena de que aquilo é bom. Não querem nenhum "hater" na rede social."

O comentário foi feito após a aprovação, por unanimidade, da reforma do Imposto de Renda, na esteiradas manifestações contra a PEC da blindagem. O texto com 70 pontos apresentado na Câmara dos Deputados é o que Pedro Paulo classifica como necessário para aumentar a produtividade do setor público, mas ele reconhece que é um ponto de partida e pode ser preciso passar para algo "possível".

"À medida que o debate avança, vemos o que é possível. O ponto de partida é algo ambicioso, um avanço para o Brasil. [...] Não tenho nenhuma dúvida que, se conseguirmos aprovar isso ou uma parte disso, será uma grande contribuição para o Brasil", afirmou.

Regras para o teletrabalho, limite para remuneração de funcionários de estatais não dependentes da União e não financeiras, tabela de remuneração unificada para o funcionário e férias de 60 dias no Judiciário foram alguns dos destaques mencionados por ele.

"Precisamos organizar o teletrabalho. [...] Tem diretor do Banco Central que mora nos Estados Unidos, tem agência reguladora com 100% de trabalho remoto desde a pandemia. Isso também é fonte de desigualdade", disse Pedro Paulo, sem responder depois qual diretor do BC ou quais agências estariam nesta situação.

Para o deputado, **servidores públicos** não podem morar fora do Brasil nem dos locais onde trabalham. E a questão também demanda atenção por causa do risco posterior de judicialização, como cobrança de custo de energia elétrica, por exemplo. Pela proposta apresentada, o teletrabalho deve ser limitado a um dia na semana.

Site:

http://app2.smi.srv.br/_smi/Admin/Noticia/Default.asp?#

Gasto com servidor volta a ganhar força

Ruan Amorim De Brasília

Depois de quatro anos de queda gradual, a despesa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com folha de pagamento voltou a subir lentamente, refletindo os reajustes salariais e a contratação de novos **servidores públicos**. Esse gasto, que representou 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024, deve passar para 2,52% em 2025 e chegar a 2,56% no ano que vem, conforme projeções do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

O pico dessa despesa, segunda maior do Orçamento perdendo apenas para a Previdência, foi de 3,5% do **PIB** em 2019 e 2020. A partir de 2021, começou a recuar (3%) e atingiu seu menor patamar em 2024 (2,5%). A desaceleração aconteceu porque os salários ficaram praticamente congelados e houve forte aumento das aposentadorias sem a reposição da mão de obra durante a gestão de Paulo Guedes no antigo Ministério da Economia.

O MGI confirma que a projeção de expansão da folha reflete os reajustes e as reestruturações acordados com as categorias do funcionalismo federal e os concursos e as novas contratações projetados para o ano de 2026. "O crescimento das despesas de pessoal no governo Lula 3 concilia a sustentabilidade das contas públicas com a valorização dos servidores e a recomposição da força de trabalho", informou o ministério por meio de nota.

No início do terceiro mandato do presidente Lula, o governo decidiu recompor o quadro de pessoal e conceder reajustes salariais e, agora, esses movimentos estão começando a impactar as contas. No ano passado, por exemplo, o governo realizou a primeira edição do Concurso Nacional Unificado (CNU) para preencher 6.640 vagas em vários entes públicos em todo o país. Uma nova edição foi organizada neste ano com a oferta de 2.480 vagas imediatas. Para 2026, a ministra do MGI, Esther Dweck, já avisou que não será realizado concurso unificado.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, enviado em agosto ao Congresso, projeta expansão da despesa com folha de pagamento de R\$ 315 bilhões em 2025 para R\$ 350,4 bilhões no ano que vem, incluindo servidores civis e militares.

Do acréscimo nominal de R\$ 35,4 bilhões de 2025 e

2026, R\$ 12,1 bilhões correspondem a reestruturações de carreiras civis já sancionadas, RS 4,4 bilhões, a novos ajustes salariais, e R\$ 5,3 bilhões, ao impacto de reajustes para militares. Além disso, considera RS 1,5 bilhão para concursos e novas contratações no Executivo e RS 1,8 bilhão para a área de educação, incluindo novos institutos federais. Os RS 10,3 bilhões restantes cobrem despesas de estatais dependentes, contratações temporárias, benefícios, progressões e promoções.

Especialistas não veem risco imediato dessa alta para o equilíbrio das contas públicas, mas alertam que, se a tendência se mantiver, o impacto fiscal poderá forçar o governo a realizar cortes em outras áreas para compensar a elevação dessa despesa obrigatória. Esse contexto só reforça a necessidade, conforme analistas, da aprovação da reforma administrativa, que já está em discussão no Congresso Nacional, para elevar os ganhos de produtividade e eficiência.

Para o professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP) Joelson Sampaio, a elevação esperada dos gastos em 2025 e 2026 é mais um crescimento orgânico do que uma mudança substancial. "Diria que há quase uma estabilidade. Houve um aumento maior de 2024 para 2025 do que de 2025 para 2026. Isso reflete muito os reajustes salariais e, em parte, a reestruturação de carreiras dentro do próprio governo." Sampaio explicou ainda que,

em termos de elevação, as despesas de pessoal estão relativamente alinhadas ao padrão internacional. "Claro que temos um peso de pessoal maior do que alguns países. Por isso, uma reforma administrativa poderia ser muito interessante nesse aspecto", disse. "Mas, em termos de crescimento, não há muito o que mudar em relação ao que observamos de outros países, porque está muito em linha com a trajetória deles", acrescentou.

Segundo o pesquisador associado do FGV Ibre Rafael Barbosa, a necessidade de reajustes foi intensificada durante a pandemia, quando houve um custo inflacionário muito elevado que não foi revertido em ganhos salariais para os **servidores públicos**. "Então, as categorias passaram a demandar muitos aumentos ao longo desse período, justamente para tentar fazer uma recomposição salarial."

"Essa pressão por aumento surgiu principalmente no fim da pandemia e no início do governo Lula. Com

essa demanda mais intensa, o governo foi favorável a recompor parcialmente os salários. Essa demanda não cessou ainda", completou o pesquisador.

http://app2.smi.srv.br/_smi/Admin/Noticia/Default.asp?#

Barbosa disse que a expansão desses gastos ainda não representa um problema "grave", já que o governo possui margem para ajustes fiscais e a realização de reformas. "Especialmente a administrativa, que vem sendo bastante discutida e pode suavizar esses aumentos [de gastos de pessoal]", afirmou.

O professor do Ibmec e economista-chefe da Leme Consultores, José Ronaldo Souza Jr., avalia que o aumento da despesa, mesmo que não seja expressivo, acende um alerta fiscal, uma vez que reduz o espaço para despesas discricionárias, como investimentos, que já são muito baixos e limitados. "É mais uma questão que leva a um aumento de gasto obrigatório. Isso é especialmente ruim quando consideramos que temos um espaço muito pequeno para despesas discricionárias", ressaltou.

Para Souza Jr., embora alguns reajustes de carreiras sejam necessários, tanto no âmbito salarial quanto na reestruturação de cargos, eles deveriam ser acompanhados de uma reforma administrativa, de modo a minimizar os impactos do aumento das despesas e "tornar a aplicação dos recursos mais racional".

Barbosa acrescenta que as medidas adotadas pelo governo até aqui têm ocorrido muito mais em resposta à necessidade do funcionalismo do que a partir de um planejamento estruturado. Ele cita como exemplo a iniciativa da ministra do MGI de extinguir cargos considerados obsoletos, mas ressalta que tais ações ainda são paliativas. "É preciso uma reforma mais profunda, mais bem desenhada, para que as mudanças tenham efeito estrutural de fato", avaliou.

Na semana passada, a ministra disse que, nos quatro anos de mandato de Lula, o governo conseguiu negociar reajustes salariais para os servidores, que ficaram sete anos sem correções, nem mesmo da **inflação**. Além disso, ela frisou que o governo conseguiu voltar a contratar funcionários e que vai preencher 15 mil vagas neste ano devido à necessidade de pessoal. "Tudo isso foi feito dentro da previsão orçamentária. Inclusive, o gasto com pessoal dentro do serviço público federal no Executivo, que é o que a gente coordena, vai ficar completamente estável em percentual do **PIB** nesses quatro anos do mandato do presidente Lula."

"É mais uma questão que leva a um aumento de gasto obrigatório" José Ronaldo Souza Jr.

Site:

IR alivia pressão do governo no Congresso

Murillo Camarottoe Beatriz Roscoe De Brasília

A aprovação da reforma do Imposto de Renda (IR) pela Câmara dos Deputados, na última semana, deixou no governo uma sensação de "dever cumprido" na relação com o Congresso. Há, ainda, alguns focos de atenção, mas o sentimento é de que o principal objetivo já foi alcançado e que o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já tem a "marca" que precisava para chegar forte às eleições do ano que vem.

"Sem dúvida, o projeto do Imposto de Renda é o fato marcante de 2025. Tivemos ainda a **reforma tributária**, em 2024, então podemos dizer que a Câmara deu um exemplo", disse o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). "Eu acho que ficou uma lição para todas as narrativas que foram construídas ao longo desse processo e que não se materializaram, afinal, o miolo do projeto foi mantido", completou, em referência às suspeitas de que a taxa dos contribuintes de alta renda poderia ser barrada no Congresso.

Na sua avaliação, o governo deve aproveitar o momento para transformar a vitória em uma relação mais fluida com o Congresso. "Vamos trabalhar para desobstruir algumas vias respiratórias, retomar o diálogo com os partidos", afirmou Guimarães. A base aliada na Câmara tem hoje cerca de 130 votos, número insuficiente para garantir a aprovação de projetos de lei.

Um dos objetivos, passada a vitória no IR, é melhorar a interlocução pensando não apenas na aprovação de projetos, mas na construção dos palanques para 2026. Ainda há, no entanto, alguns focos de atenção, segundo alertou o vice-líder do governo na Câmara, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

"A prioridade mesmo, já foi. Agora é atenção à MP 1303", disse ele, sobre a medida provisória apresentada pelo governo para compensar a perda de arrecadação resultante da revogação do reajuste do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Na semana passada, ainda em meio à votação sobre o IR, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse que o governo iria se debruçar nas negociações da MP, que perde a validade na quarta-feira (8). Em entrevista ao Valor, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizou uma tendência pela desidratação do texto, ao qual

resistem Centrão e oposição.

Durante as negociações para o IR, cogitou-se incluir no texto parte das medidas previstas na MP como compensação para a isenção, de forma a aliviar a taxa extra dos contribuintes de alta renda. A ideia não prosperou diante do receio de que os parlamentares estariam atuando para "proteger" os mais ricos.

Ainda assim, há pouca disposição no Centrão para aprovar a íntegra da MP e até mesmo o governo já sinaliza sua concordância em desidratar medida, que promete uma arrecadação de R\$ 30 bilhões entre 2025 e 2026. Uma reunião da base governista marcada para a manhã desta terça-feira (7) irá discutir o assunto.

Outra preocupação mais imediata é a aprovação do Orçamento de 2026, ano eleitoral. O Centrão quer que a peça contemple um cronograma para o pagamento de emendas parlamentares, o que ainda não está claro se vai acontecer. O cronograma foi defendido por Motta em reunião com Gleisi, realizada na semana passada.

Guimarães também citou a intenção da base em fazer avançar a PEC da segurança pública, outro texto que enfrenta resistências no Congresso. Nos bastidores, porém, a informação é de que o empenho do governo com a matéria não será comparável àquele que foi dedicado à reforma do Imposto de Renda.

"Fora isso, só observar a reforma administrativa ea revisados gastos tributários, mas estes são temas do Legislativo", ponderou Pereira Júnior.

Até segunda-feira (6), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ainda não havia se manifestado sobre como será a tramitação do projeto de isenção do IR na Casa. A expectativa, no entanto, é que a proposta também receba amplo apoio dos senadores. (Colaboraram Caetano Tonet e Gabriela Guido)

"Vamos trabalhar para retomar o diálogo com os partidos"

José Guimarães

Site:

http://app2.smi.srv.br/_smi/Admin/Noticia/Default.asp?#

Reforma tributária e o Imposto de Renda (Artigo)

Victor Humberto Maizman

Já escrevi que o conceito de justiça é subjetivo, para alguns determinada decisão judicial é justa, para outros não.

Portanto, dificilmente existirá um ordenamento completamente justo na opinião de toda a sociedade, já que o termo justiça é relativo, o que para um grupo significa justiça, para outro tampouco será.

Nesse contexto, a palavra justiça será conceituada conforme os valores e experiências de cada indivíduo.

Sendo assim, pensar em um conceito uníssono para justiça, me parece bastante equivocado, pois sempre haverá divergência.

Desse modo, conclui-se que a justiça é um valor relativo e subjetivo, dependendo do contexto adotado.

Todavia, tal subjetividade deixou de existir no campo tributário.

Digo isso, porque está prevista na Constituição Federal a regra que impõe que o poder de tributar deve observar a capacidade contributiva do contribuinte e da vedação do efeito confiscatório, cujas regras impedem que a incidência fiscal não venha a comprometer sua subsistência.

Porém, independente de tal limitação do poder de tributar, a Emenda Constitucional que trata da **Reforma Tributária** fez a previsão expressa no sentido de que cabe ao Poder Público observar o Princípio da Justiça Fiscal.

Portanto, o que era implícito se tornou manifestamente explícito.

Não por isso, entendo que a Câmara dos Deputados deixou de inserir no Projeto de Lei que concedeu a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas de quem ganha até R\$ 5 mil mensais, a possibilidade de abater na apuração do referido tributo as despesas decorrentes da compra de medicamentos.

E, como mencionado em outras oportunidades, o fato da legislação do Imposto de Renda não permitir que sejam deduzidas as despesas com medicamentos,

viola o Princípio Constitucional da Dignidade Humana, conforme inclusive já observado pelo Supremo Tribunal Federal quando afastou a possibilidade de se cobrar o referido tributo sobre o recebimento de pensões alimentícias.

Então, muito embora a **Reforma Tributária** recém-aprovada não tenha tratado diretamente do Imposto de Renda, é certo que o Princípio da Justiça Fiscal deve ser observado, sob pena de inequívoca inconstitucionalidade da legislação que deixe de observar tal comando constitucional.

Enfim, caso a legislação federal que trata do Imposto de Renda impeça que o contribuinte pessoa física, fique impedido de abater na apuração do aludido tributo o custo com as medicações, então caberá ao Poder Judiciário, quando provocado, fazer preponderar o Princípio da Justiça Fiscal e permitir que seja garantido o referido direito.

Victor Humberto Maizman é advogado e consultor jurídico tributário, professor em direito tributário

Site: www.gazetadigital.com.br

Regras do IBS e CBS vão obrigar empresas de serviços a refazer política de preço

A **reforma tributária** é uma realidade no mundo corporativo. A partir de janeiro de 2026, a tributação sobre o consumo passará por mudanças profundas, que não se resumem a um novo fato gerador para fornecimento de bens e serviços. Trata-se de uma transformação estratégica na precificação e operação das empresas, afetando especialmente prestadores de serviços especializados, como advogados, arquitetos, consultores financeiros, agências de comunicação e outros profissionais liberais. Manter um negócio operante já é um desafio constante e, agora, será necessário incorporar a nova carga tributária na formação de preços de forma estratégica e planejada.

Escritórios que adotam o Simples Nacional não estão isentos da mudança. A Lei Complementar 214/2025 cria dois pilares inéditos: a possibilidade de "vender" créditos de IBS/CBS e a aplicação do split payment, em que o imposto é separado e transferido ao governo enquanto o valor líquido vai para o prestador do serviço. Escritórios enquadrados no Lucro Presumido e Lucro Real também serão impactados, pois as obrigações acessórias e fiscalizações impõem governança mais rigorosa. A reforma atuará como acelerador dessa realidade, tornando faixas do Simples menos atrativas e forçando migrações, enquanto sistemas híbridos permanecem exceção, dada a complexidade operacional.

A precificação dos honorários, que já constitui um desafio constante, precisará ser ajustada para refletir a nova realidade tributária. Um serviço que custava R\$ 1.000 com carga tributária de 6,65% (3,65% de PIS/COFINS + 3% de ISS no lucro presumido, por exemplo), correspondia a uma receita líquida de aproximadamente R\$ 933,50.

Após a transição da **reforma tributária**, este mesmo serviço deverá se sujeitar a alíquota final estimada de 19,6% (considerando a redução de 30% sobre uma alíquota padrão de 28%, inciso II, art. 127, LC 214/25). Na prática, isso significa que o cliente verá na nota R\$ 933,50 (honorários) + R\$ 182,96 (**impostos**), totalizando R\$ 1.116,46.

Sem esse cuidado, profissionais podem absorver a carga tributária e reduzir margem sem perceber. Hoje, escritórios no Lucro Presumido têm alíquotas nominais de 5,65% a 8,65%, sem direito a créditos; no Lucro Real, variam de 11,65% a 14,65%, com direito a

poucos créditos. Custos com locação de imóvel, impressoras, internet, serviços de limpeza e terceirizados gerarão crédito de entrada, mas o efeito financeiro será limitado frente ao aumento global da alíquota.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O impacto vai além da tributação. Escritórios precisarão fortalecer governança, monitorar números internos, investir em tecnologia e engajar a alta gestão para proteger margens e lucratividade. Negacionistas da reforma não podem considerar que repassar custos ou parametrizar sistemas será suficiente, porém se os elementos estratégicos não estiverem preparados, alguns negócios podem enfrentar obstáculos ou até desaparecer até 2033.

Para escritórios jurídicos, a transição exigirá avaliação detalhada de custos operacionais e fatores externos, como variação cambial, compliance, tradução de documentos e deslocamentos internacionais. Contratações corporativas também exigirão atenção, pois empresas do Lucro Presumido e Real buscarão comprar créditos apenas de prestadores adequadamente preparados. A conjugação desses elementos permitirá aos escritórios simular cenários, evitando perda de margem e garantindo sustentabilidade.

Além disso, a reforma impacta diretamente a precificação estratégica. O que funciona em uma temporada não necessariamente se aplica a outra, o que funciona para um nicho não se aplica a outro. Escritórios precisarão adicionar o efeito do IBS/CBS na formação do preço, considerando que a nova alíquota representa aumento significativo em comparação com ICMS/ISS. Isso exigirá planejamento rigoroso, simulação de cenários, implementação de controles internos e monitoramento contínuo de despesas, para que a carga tributária não comprometa lucro ou operação. A necessidade de clareza na precificação se torna ainda mais crítica à medida que os clientes estarão atentos a todas as alterações nos preços e nos **tributos** destacados.

Estima-se que, ao longo da transição entre 2026 e

2033, escritórios buscarão soluções de governança e crédito de entrada, ajustando práticas contábeis e gerenciais para se adaptar à nova sistemática. Escritórios que estiverem preparados, com tecnologia, processos claros, equipe engajada e governança eficaz, conseguirão enfrentar a mudança com impactos mínimos. Já os despreparados podem sofrer redução de margem ou, em casos extremos, ver seu modelo de negócio inviabilizado. Com planejamento e simulações corretas, o impacto da reforma pode ser absorvido, transformando o aumento tributário em oportunidade de melhoria de processos e de profissionalização da gestão financeira.

Em resumo, a **reforma tributária** do consumo não é apenas uma mudança fiscal, mas uma revolução na (re)precificação e gestão de serviços.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Regras do IBS e CBS vão obrigar empresas de serviços a refazer política de preço

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/10/regras-do-ibs-e-cbs-va-obrigar-empresas-de-servicos-a-refazer-politica-de-preco.shtml>

Split payment desafia caixa e governança das empresas na Reforma Tributária

Com a chegada da **Reforma Tributária**, a introdução do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) marca uma mudança estrutural para o ambiente de negócios no Brasil. Entre os mecanismos previstos, o chamado split payment, ou pagamento desmembrado, talvez seja um dos dispositivos mais disruptivos do ponto de vista operacional, financeiro e sistêmico.

Nesse novo modelo, o valor do imposto é automaticamente segregado no momento da transação e repassado diretamente ao fisco. O fornecedor, portanto, recebe apenas o valor líquido. Embora a proposta vise combater a sonegação e otimizar a arrecadação, ela exige revisões profundas nos processos empresariais e gera incertezas importantes, especialmente para os líderes das áreas financeira, comercial, fiscal, de logística e tecnologia.

Isso porquê, na prática, o split payment exige um novo desenho de fluxo de caixa, precificação, governança sistêmica e renegociação contratual. Logo, a alta gestão é colocada em uma posição de protagonismo e passa a operar não apenas como apoiadora da transição fiscal, mas como agente estratégico para garantir continuidade, liquidez e resiliência.

O caixa das empresas será afetado diretamente. Com o valor líquido sendo menor, haverá necessidade de redimensionar capital de giro, revisar projeções financeiras e renegociar limites bancários, inclusive, porque a previsibilidade financeira, elemento essencial para o resultado, será comprometida em um primeiro momento.

Além disso, a liquidez dos fornecedores também pode ser impactada, afetando prazos de entrega e contratos logísticos. Cadeias interdependentes, como distribuição e revenda, podem sofrer rupturas operacionais; e a redução no valor líquido recebido pode forçar ajustes de precificação, descontos e comissões, gerando revisões em contratos com grandes clientes e impactando margens.

A conciliação entre o que é retido, repassado e registrado passa a demandar governança digital intensa e maior investimento em controle interno. Um erro técnico pode se transformar rapidamente em passivo fiscal e reputacional.

Vale reforçar que ERPs, gateways de pagamento, módulos fiscais e contábeis precisarão estar integrados de ponta a ponta para lidar com o desmembramento tributário. Empresas com múltiplos sistemas ou baixa maturidade digital enfrentarão custos altos de integração e risco de inconsistência.

Incertezas práticas ainda preocupam muito o mercado

Apesar das diretrizes gerais, diversos cenários operacionais ainda não têm definição clara sobre como funcionarão na prática sob o regime de split payment. Isso eleva a complexidade e acende alertas para os líderes empresariais.

Algumas questões levantadas giram em torno de como funcionará a devolução de mercadorias após o imposto já ter sido recolhido? Como será o processo de ajuste em casos de bonificação, desconto comercial ou cancelamento de nota? Haverá uma via automatizada para reembolso de **tributos** pagos indevidamente ou valores a recuperar? O sistema do fisco estará preparado para lidar com o volume e a diversidade das transações em tempo real?

Essas perguntas ainda sem resposta indicam que o impacto do split payment não se limita à esfera fiscal. Ele afeta o coração das operações e a margem operacional das empresas, exigindo revisão de processos, reestruturação de custos e redesenho da cadeia de valor.

Para a alta gestão, isso significa atuar de forma antecipada, avaliando cenários financeiros simulados, impactos em orçamento e a capacidade da empresa de absorver variações no caixa. Afinal, toda essa complexidade se traduz, no fim do dia, em resultado, o que depende diretamente do fluxo de caixa.

Esse novo cenário exige que as empresas se preparem com antecedência, realizando simulações e revisões dos valores por meio de soluções de cálculo externo, de forma a assegurar o compliance tributário, centralizar as regras fiscais e garantir que os montantes segregados, creditados e conciliados estejam em total conformidade com a legislação vigente. Afinal, se até hoje já há retenções e burocracias para que o contribuinte recupere valores que lhe são de direito, imagine o impacto e a complexidade em um sistema estruturado no split

payment.

Com isso, as empresas têm percebido que há diversas vantagens como a redução de erros humanos e retrabalho, agilidade na adaptação às mudanças legais sem paralisação dos sistemas, integração com ERPs e múltiplos sistemas de gestão os quais são essenciais para operações de grande porte e melhor previsibilidade fiscal e financeira.

A **Reforma Tributária** e, especialmente, o split payment, devem ser entendidos como um novo capítulo da governança empresarial. CEOs, CFOs, COOs e líderes das áreas críticas precisam assumir o protagonismo desde já, promovendo uma resposta sistêmica à altura da complexidade envolvida.

Ainda acha que esse tema é apenas um desafio do fiscal e do TI? O split payment prova o contrário. Ele redefine processos, afeta decisões de preço, fluxo de caixa, investimentos e até a forma como o mercado percebe a empresa. Quem não assumir o protagonismo agora, vai descobrir tarde demais que pode ter perdido o controle.

(*) Thais Borges é diretora comercial e de marketing da Systax, empresa que desenvolve soluções tecnológicas voltadas para o mercado tributário.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/meu-negocio/split-payment-desafia-caixa-e-governanca-das-empresas-na-reforma-tributaria,b324a8843f2504e6ab04638088dc45e5hdnwf9za.html>

Dona da Leroy Merlin distribui ações a funcionários

Ana Luiza Tieghi

Para ajudara combater a rotatividade de funcionários em suas lojas, o grupo multinacional de origem francesa Adeo, dono da Leroy Merlin e da Obramax, estendeu para todos os seus empregados um programa de distribuição de ações. No Brasil, são 12,5 mil beneficiados.

Trabalhadores com mais de três meses de vínculo com o grupo vão receber o equivalente a 466 (R\$ 2,9 mil na cotação atual) em ações - o valor é o mesmo, não importando o tempo de casa ou o cargo do funcionário. Uma nova rodada de ações será distribuída a cada ano, mas o montante estará atrelado ao crescimento do grupo no período.

Como a Adeo é uma holding privada, que pertence à família Mulliez, também dona da Decathlon e da rede de mercados Au-thon, essa valorização será indicada por auditores, explica Thomas Bouret, CEO do grupo.

Após três anos, e desde que o vínculo seja mantido, os colaboradores acionistas poderão optar por investir os papéis em um fundo da holding, o Valadeo, ou sacar o valor reunido até então.

Como afirma Bouret, o objetivo é que todos desejem manter as ações no fundo, continuando a ser acionistas. Por isso, a empresa dará um bônus de 20% nas ações de quem optar pelo Valadeo.

"O que tentamos, com essa cultura, é carregar os profissionais por 20 anos, que eles entrem na Leroy e se aposentem aqui", afirma Ignacio Sánchez, diretor-geral da Leroy Merlin no Brasil.

Segundo Bouret, pelas taxas atuais de crescimento do negócio, é possível que um funcionário consiga reunir o equivalente a 10 mil (R\$ 62,5 mil) em uma década, se optar por permanecer na empresa e no programa de ações. "É uma questão de justiça social, de dar possibilidade de constituir patrimônio de longo prazo, para depois comprar um apartamento, investirem em educação", diz o CEO, que já é acionista do grupo há 28 anos. "Me sinto proprietário da empresa", diz.

O Adeo tem um programa de distribuição de ações para funcionários há mais de 50 anos, mas ele não abrangia todas as posições, nem todos os 13 países

em que atua, o que passa a ocorrer a partir de agora. Foi feito um acordo com a família proprietária da holding, explica Bouret, de forma que a participação acionária dos funcionários possa chegar a 15%. Hoje, é de 12,5%.

Por trás dessa estratégia está a percepção de que segurar o funcionário na empresa está cada vez mais difícil, o que gera custos constantes e crescentes com novas contratações e treinamento. A taxa de rotatividade global do Adeo é de 15%, mas chega a 30% ao ano nas lojas brasileiras da Obramax, marca de atacarejo do grupo.

Segundo o CEO, o investimento na expansão do programa de ações é de 683 milhões (R\$ 519,1 milhões), o que equivale ao necessário para abrir cinco novas lojas da Leroy Merlin. "Para nós, é investimento da mesma forma que em uma loja ou em infraestrutura", diz Bouret. "Sabemos que vai ser um diferencial concorrencial enorme no varejo".

Ele ressalta que, com o crescimento do varejo virtual, via marketplaces, e a introdução de inteligência artificial, "a única diferenciação" que o grupo terá serão seus funcionários e o treinamento que recebem. Daí a preocupação em evitar a perda de talentos.

O grupo prevê um crescimento global de cerca de 4% neste ano. Embora o seu principal mercado, a Europa, esteja em contração na área de materiais de construção, Bouret afirma que a companhia tem conseguido crescer e manter sua liderança no setor. "A Península Ibérica vai muito, muito bem, está puxando os resultados do grupo", afirma o executivo, enquanto a França está estável, apesar da "situação de telenovela" do ponto de vista social e político, segundo o executivo. O país vive um período de instabilidade, com o governo de Emmanuel Macron posto em xeque.

Na América do Sul, só está presente no Brasil, que responde por 10% do faturamento global. A Leroy Merlin deve crescer 3% no ano por aqui, diz Sánchez, e atingir R\$ 9,5 bilhões em receita. A Obramax espera faturar R\$ 2,5 bilhões. Para a marca, que completou uma década neste ano e segue em período de expansão, trata-se de um crescimento de 60%, diz Michael Reins, diretor-geral da Obramax.

Ele esperava terminar 2025 com oito novas lojas, mas a previsão atual é de três. Há dez unidades em operação. "Expansão é sempre um grande desafio", afirma, apostando em um crescimento maior em 2026. Bouret ambiciona atingir 100 lojas em 20 anos.

Os executivos aguardam o programa de reforma de moradias que o governo federal anunciou. Segundo publicou o Valor na semana passada, a previsão é que a linha de crédito esteja disponível na Caixa Econômica Federal até o fim deste mês, com taxas de juros reduzidas, de acordo com a faixa de renda. A menor taxa deve ser de 1,17% ao mês. "Não compensa a concorrência desleal, mas ajuda a "crescer a torta", afirma Reins.

Os executivos reclamam dessa concorrência desleal, que viria principalmente de marketplaces asiáticos. F. algo que afeta o grupo em escala global, não apenas no Brasil. "Estamos com plataformas chinesas em situação de irregularidade fiscal total, não pagam **impostos**, [vendem] sem as mesmas características técnicas, sem sustentabilidade", afirma Bouret.

No Brasil, a empresa tem participado de encontros juntamente com outros varejistas, como Ria-chuelo e Renner, conta Sánchez, para buscar uma regulamentação

desse tipo de comércio virtual. A competição, com regras distintas, estaria levando a uma "destruição de preço" no varejo, afirma.

Também em escala nacional, o grupo acompanha as discussões sobre a redução de jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, com consequências pouco claras. "Pode afetar o andamento e a rentabilidade dos negócios", diz Reins.

Uma expansão pela América do Sul pode acontecer, embora ainda não existam planos. "Adoraria ir para a Argentina, mas no momento é impossível, o risco é forte demais", afirma Bouret.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188356?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188356?page=1§ion=1)**

Autoridades e especialistas discutem "pejotização" no STF

Beatriz Olivon De Brasília

Representantes do governo, de trabalhadores, de setores da economia, da Justiça do Trabalho e especialistas convidados apresentaram ontem seus argumentos sobre a chamada "pejotização" em audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido do ministro Gilmar Mendes. Foram destacados o risco de aumentar, em centenas de bilhões, o rombo no regime de **Previdência Social**, as fraudes que mascaram relações com subordinação como pessoa jurídica e, na ponta oposta, as mudanças no mercado de trabalho e a necessidade de novas possibilidades de contratação.

Gilmar Mendes é relator do processo que analisa a licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços, prática conhecida como "pejotização" (ARE 1532603). Os processos sobre o tema estão suspensos em todo o país, a pedido do ministro.

O caso concreto trata de pedido de vínculo com a Prudential do Brasil Seguros, que figura em diversas reclamações sobre o assunto no STF. Vice-presidente da companhia, Antônio Rezende defendeu que o regime adotado com corretores de seguros é de c/c franquias. E diante das leis de franquias e corretagem fica evidente que "o corretor franqueado não é e nem poderia ser empregado".

O advogado da parte contrária no caso, Gustavo Teixeira Ramos, destacou que a pejotização acaba com a fiscalização do ambiente laboral e com a sindicalização. "Enquanto o trabalhador, se quiser ser contratado, é obrigado a trocar direitos por recebimentos um pouco superiores, o empregador se beneficia duplamente, sonhando **impostos** e direitos", disse.

Entre 2020 e 2025 foram propostas 12 milhões de ações trabalhistas pleiteando o vínculo de emprego, segundo Roselinc Rabelo da Jesus, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirmou na audiência pública. A OAB, assim como outras entidades, defendem a competência da esfera trabalhista para analisar esses casos. As empresas, a Justiça com um, por envolverem contratos civis.

Para o advogado-geral da União, Jorge Messias, o que parece, à primeira vista, um arranjo moderno de contratação é, na prática, um sistema que fragiliza a relação de trabalho. "Não se pode admitir, em nenhuma hipótese, que a pejotização seja apresentada como algo bom ao trabalhador hipossuficiente", disse.

Hoje a maior parte das relações de pejotização, acrescentou, atingem pessoas que ganham cerca de R\$ 6 mil e, diferente das que alegam algumas empresas, não são trabalhadores altamente especializados e de alta renda.

Para Mauro de Azevedo Menezes, advogado da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), o que não se pode admitir é a simulação desses contratos. Ainda segundo Menezes, subordinação e hipossuficiência nem sempre coincidem, caso contrário seria relegado à Justiça do Trabalho a condição de uma esfera de pequenas causas e permitido que a pejotização ocorresse sem freios para os trabalhadores de maior renda.

Já Alexandre Herculano Coelho, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), defendeu que a pejotização deve ser vista como o que é: a contratação de uma pessoa jurídica por outra. "Existe uma importância muito grande desse tribunal, que reconhece a licitude de diferentes formas de contratação de serviços", afirmou. "O mundo mudou e vai demandar formas inovadoras de relações de trabalho."

Os pejotizados cresceram 56% entre os anos de 2017 e 2024, enquanto os celetistas, 10%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que, entre 2022 e 2025, Previdência, FGTS e Sistema S deixaram de arrecadar mais de R\$ 106 bilhões em decorrência da pejotização. Ele destacou que, além de proteger o trabalhador, o FGTS também é um instrumento de investimento, em especial no Minha Casa Minha Vida. "Toda essa estrutura pode estar sendo colocada em risco de desmonte e enfraquecimento se liberar o geral como aconteceu com a terceirização."

Para o economista Felipe Salto, segundo o IBGE, são 53 milhões de trabalhadores no setor privado - , 135

milhões sem carteira assinada e 19 milhões por conta própria sem CNPJ. "A realidade do mercado de trabalho dificilmente vai se alterar, mas todas essas pessoas poderiam estar contratadas pela CLT?", questionou. "A realidade da precarização está dada. Temos que pensar como garantir que trabalhadores e empregadores tenham ambiente produtivo e que o Estado consiga garantir arrecadação suficiente para sustentar suas políticas públicas, em especial a **Previdência Social**." No encerramento da audiência, o ministro Gilmar Mendes afirmou que foi possível ouvir ampla diversidade de pontos de vista e que os argumentos serão essenciais para o enriquecimento do julgamento.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188356?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188356?page=1§ion=1)**

Pejotização gerou perda de R\$106 bi

» **LETÍCIA FERNANDES***

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, responsabilizou a pejotização pelo aumento do deficit previdenciário. Em audiência pública, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), ele disse que o FGTS, a **Previdência Social** e o Sistema S deixaram de arrecadar, juntos, R\$106 bilhões entre 2022 e 2025, devido à contratação de pessoas como jurídicas, em lugar dos contratos

previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

"Nós queremos aumentar ainda mais o buraco do deficit da Previdência? Esse é o debate? Para vir uma forçada de barra para uma reforma da Previdência que vai, de novo, sobrecarregar quem? De novo os trabalhadores?" indagou.

Quando assina contrato com um CNPJ, o trabalhador perde os direitos trabalhistas da CLT, como licença médica, 13º salário, FGTS e férias. "O que nós precisamos compreender é que, independentemente da formação ou do salário da pessoa, se tem subordinação, se tem as características da relação de trabalho, é a CLT que protege" argumentou o ministro.

Cupim

O advogado-geral da União, Jorge Messias, chamou de "cupinização dos direitos trabalhistas" essa prática. "São valores bilionários que deixam de irrigar políticas públicas: da aposentadoria à saúde, da habitação ao saneamento", explicou.

As falas de ontem encerraram a audiência pública que discutiu os desafios econômicos e sociais da "pejotização" no Brasil, convocada no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1532603, cujo relator é o ministro Gilmar Mendes. Ao todo, 48 participantes manifestaram seus pontos de vista sobre o tema.

^Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/07/all.pdf>

Pejotização pode tirar até 30% do PIB a longo prazo, diz estudo da Unicamp

Carlos Juliano Barros

Defendida por empresários, políticos e até ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) como ferramenta de redução de custos trabalhistas e flexibilização do mercado, a contratação de profissionais como pessoas jurídicas, conhecida como "pejotização", pode gerar impactos econômicos negativos a longo prazo. A conclusão é de um recente estudo do Cesit/Unicamp (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas).

Ontem (6), o decano do STF Gilmar Mendes promoveu uma audiência pública para subsidiar o julgamento da corte sobre a pejotização. Em abril, o ministro suspendeu todos os processos relacionados ao tema, até que o Supremo chegue a um entendimento para nortear decisões da Justiça do Trabalho sobre ações movidas por profissionais pejotizados que pedem o reconhecimento do vínculo empregatício nos moldes da CLT e o pagamento de direitos como férias e 13º salário.

Desde então, o assunto vem mobilizando autoridades e especialistas. Para além de um possível "liberalização" a dribles à legislação trabalhista, uma das principais preocupações é o efeito de uma eventual decisão do STF autorizando toda e qualquer forma de pejotização sobre os cofres públicos, principalmente o da Previdência.

Em junho do ano passado, um estudo da FGV (Fundação Getúlio Vargas) coordenado pelo economista Nelson Marconi já havia estimado uma perda de arrecadação de até R\$ 144 bilhões gerada pela pejotização, entre 2012 e 2023.

Segundo a pesquisa, isso aconteceria porque pejotizados pagam menos IR (imposto de renda) e contribuem menos para a Previdência do que celetizados. Além disso, quando um empregador substitui um PJ por um CLT, ele deixa de recolher sua parcela para o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Agora, uma nota técnica assinada por Arthur Welle e Gabriel Petrini, pesquisadores do Cesit/Unicamp, traça outras previsões, imaginando um cenário de pejotização generalizada.

De acordo com o modelo macroeconômico proposto pelo estudo, "no curtíssimo prazo" o desemprego varia pouco e o **PIB** pode até aumentar com o avanço do número de profissionais pejotizados. Ao longo de décadas, porém, a tendência é de desaceleração da atividade econômica em até 30% e de aumento de 10% na taxa de desocupação, caso essa modalidade de contratação se torne regra.

Os pesquisadores estimam uma queda nos rendimentos pagos pelos empregadores não só em direitos trabalhistas, mas também em contribuições ao **INSS** e ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Até mesmo linhas de crédito, geralmente vinculadas a essas fontes de renda, seriam negativamente impactadas.

"Pelo lado do consumo agregado, a simulação indica que a queda da massa salarial (menos empregos e menores remunerações), incluídos os rendimentos previdenciários, explicaria o porquê de o consumo diminuir ao longo do tempo", afirma um trecho do estudo. "Como consequência, espera-se que o investimento em máquinas e equipamentos também se reduza tendo em vista a contração na demanda agregada", complementa a nota.

Segundo o estudo, a pejotização amplia a incerteza e prejudica decisões de investimentos. "Em situações de queda do nível de atividade, as empresas reduzem o uso de força de trabalho e pagam menores remunerações, já que não haveria mais custo de despedida e nem existiria mais qualquer obrigação de se manter o valor das remunerações dos trabalhadores", explica a nota técnica do Cesit/Unicamp.

Nessa mesma linha, a pejotização irrestrita pode gerar maior volatilidade do mercado de trabalho, criando um "desestímulo à qualificação profissional" e uma "tendência de depreciação do capital humano", finaliza o estudo.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2025/10/07/pejotizacao-pode-tirar-ate-30-do-pib-em-3-decadas-diz-estudo-da-unicamp.htm>

Mercado reduz a projeção para inflação e dólar

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2025 caiu de 4,81% para 4,80%. A taxa está 0,30 ponto porcentual acima do teto da meta, de 4,50%. A projeção para o IPCA de 2026 seguiu em 4,28%.

Na última reunião, em setembro, o Copom manteve a taxa Selic em 15% e reafirmou que o cenário é marcado por elevada incerteza, o que exige cautela na condução da política monetária. "O Comitê seguirá vigilante, avaliando se a manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta", enfatizou.

O Banco Central diminuiu a sua estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano, de 2,1% para 2,0%. A mediana para a cotação do dólar no fim de 2025 caiu de R\$ 5,48 para R\$ 5,45.

MARIANNA GUALTER/BRASÍLIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Ninguém pense que fará reforma contra o Poder Judiciário", diz Fachin

DANIEL WETERMAN

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, se posicionou contra uma reforma administrativa que mexa na autonomia do Poder Judiciário. A fala ocorreu um dia depois da apresentação na Câmara dos Deputados de uma proposta que, entre outros pontos, acaba com os super salários e põe fim à aposentadoria compulsória de juízes como punição por desvios ou faltas graves.

"Ninguém pense que fará por cima do Judiciário uma reforma contra o Poder Judiciário brasileiro. Não permitiremos e estarei vigilante para que haja respeito à magistratura brasileira. Não concordamos com circunstâncias eventualmente abusivas, mas é fundamental que todos os Poderes sejam chamados (ao debate)", disse Fachin, em pronunciamento a uma plateia de juízes durante o Congresso Brasileiro da Magistratura, realizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), na última sexta-feira, em Foz do Iguaçu (PR).

Fachin afirmou ainda ver com preocupação, "para não dizer com sentimento de perturbação", a discussão em curso sobre a reforma na administração pública.

O texto com a proposta de reforma administrativa foi apresentado formalmente na última quinta-feira pelo relator do projeto, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que é também coordenador do grupo de trabalho sobre o tema na Casa.

Em resposta à fala de Fa-chin, Pedro Paulo disse que sua proposta não mexe na autonomia do Judiciário e que terá uma audiência com o presidente do STF hoje (mais informações nesta página).

O texto da reforma, como antecipou o Estadão, proíbe pagamentos acima do teto constitucional (hoje em R\$ 46,4 mil, equivalente ao salário de um ministro do STF), limita a criação de verbas indenizatórias que inflam os salários de **servidores públicos** e extingue os "penduricalhos" que são pagos atualmente. Pela proposta, qualquer benefício extra precisará ser aprovado pelo Congresso.

O orçamento dos governos para pagamentos de verbas indenizatórias terá um teto de gastos e não poderá crescer mais do que a **inflação** do ano

anterior. E o eventual pagamento retroativo desses valores só poderá ocorrer por decisão transitada em julgado.

DEMISSÃO DE JUÍZES. Além disso, a proposta acaba com as férias de 60 dias, como as concedidas aos integrantes do Poder Judiciário, e a aposentadoria compulsória como punição para juízes que cometem faltas graves. A proposta apresentada também prevê a demissão de juízes e procuradores considerados infratores em processo administrativo disciplinar conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Entre os magistrados, há críticas às medidas. Eles argumentam, por exemplo, que pela Constituição os cargos são vitalícios e, por isso, os juízes não poderiam ser demitidos. Por isso, esse é um ponto que levanta polêmicas e discussões sobre as alterações apresentadas na Câmara.

Também há um lobby contra o fim dos supersalários, que já se manifestou no ano passado, quando o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou limitar os penduricalhos à aprovação por lei complementar pelo Congresso Nacional. Há ainda questionamentos sobre se as mudanças nas punições contra juízes podem vir do Congresso ou, necessariamente, seriam de iniciativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

"Se se quiser pensar em governança, em gestão pública, em transformação digital, em profissionalização do serviço público e, portanto, em uma reforma de todo o Estado, de todos os Poderes, uma reforma que seja efetivamente merecedora desse nome, haverá não só a nossa participação e o nosso aplauso", afirmou Fachin no evento.

"Porém, posso dizer que, como presidente do Supremo Tribunal Federal, não vamos aquiescer com qualquer tipo de reforma que vá tolher a autonomia e a independência da magistratura no Brasil", afirmou o ministro, sendo aplaudido pela plateia de juízes.

Entre os pontos que devem gerar polêmica, o projeto da Câmara propõe que União, Estados e municípios devem implementar, por meio de lei específica, uma tabela remuneratória única de cada cargo da administração pública.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>